

## ALFREDO GALLIS (1859-1910), NATURALISMO E PORNOGRAFIA NO FINAL DO SÉCULO XIX

Aline Moreira (FFP/UERJ)<sup>1</sup>

**Resumo:** Nos jornais brasileiros do final do século XIX, o romance naturalista figurava entre as muito populares “leituras para homens”. Apesar da suposta intenção pedagógica dos escritores naturalistas, seus livros eram comercializados como produtos pornográficos. Um desses escritores foi o português Alfredo Gallis (1859-1910), que, em alguns proêmios, garantia que não queria excitar sexualmente o leitor, mas realizar uma “autopsia dos males sociais” (*Chibos*, 1901). Neste trabalho, vamos explorar o universo dos livros pornográficos do final do século, contemplando não apenas os livros de Gallis que foram apropriados como pornografia, mas também a literatura assumidamente licenciosa que o escritor produziu através do famoso pseudônimo Rabelais.

**Palavras-chave:** Século XIX; Naturalismo; Literatura Pornográfica; Alfredo Gallis; Abralic

Na primeira página do jornal católico *O apóstolo* de 24 de abril de 1896, a crônica intitulada “A grande epidemia” levantava uma séria questão:

Como querer-se a moralidade nas famílias? como querer-se o respeito social? como regenerar-se os costumes se todos se acham tão profundamente entoados?

[...]

Grita-se contra a suidade das ruas, pede-se os cuidados da Junta de Higiene contra qualquer perigo à saúde pública, exige-se o saneamento para prevenir-se as doenças contagiosas! E o mundo moral se deixa em criminoso abandono, como se não produzisse epidemias que matam o espírito e não poucas vezes os corpos!<sup>2</sup>

A causa desse mal era a pornografia, que inundava “o campo social com suas fétidas imundícies”. No final do século XIX, a pornografia se transformara em um problema que afetava todos os âmbitos da sociedade brasileira. Mais do que a prostituição, a circulação de periódicos e livros licenciosos era uma questão de saúde pública. Nos primeiros anos da República, homens de letras de todo o país usavam a imprensa para clamar às autoridades que tomassem providências e impedissem a proliferação da imoralidade. Mas nem as críticas mais enérgicas eram capazes de coibir o sucesso do gênero pornográfico.

Os livros pornográficos começaram a se tornar um fenômeno de vendas no final da década de 1870, e, ao longo dos anos, mantiveram-se como um dos segmentos mais

---

<sup>1</sup> Graduada em Letras – Português/Literatura (UVA), Especialista em Estudos Literários (FFP/UERJ), Mestranda em Estudos Literários (FFP/UERJ). Contato: [aline.c.moreira@outlook.com.br](mailto:aline.c.moreira@outlook.com.br)

<sup>2</sup> Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

lucrativos no mercado editorial carioca. Preocupados com o efeito dessas leituras, homens de letras – seculares e religiosos – usavam a imprensa para clamar às autoridades que tomassem providências e impedissem a proliferação da imoralidade.

Em 1883, lê-se a seguinte crônica na *Revista Ilustrada*:

A bibliotheca imunda – Leitura para homens – enriquece-se a cada dia; os livros sujos brotam como cogumellos.

Certamente deve haver quem os leia: ha quem os escreva.

Ha gente para tudo n'este mundo. Um porco, que escreveu uma immoralidade, achará sempre outro mais porco que o leia e admire.

Eu tenho sobre a mesa um livro, cuja torpeza começa logo no título – que eu prefiro calar, para lhe não fazer o annuncio.

Indecente, porco, immoral, sem grammatica, mentiroso sem estylo, sem orthographia nem vergonha, criminoso, eu denuncial-o hia á policia, se policia houvesse para essas cousas.

E porque não ha de haver um castigo para essas infamias da especulação?

Na parte da policia de terça-feira vi eu esta semana que a “preta Joanna foi presa por estar a proferir palavras obscenas.”

Por que não ha de então haver uma pena para os que escrevem obscenidades, se ha para os que as proferem?

O livro indecente é ainda mais perigoso do que a preta desbocada; a preta vae-se, o livro fica; as obscenidades de Joanna vôm, esquecem-se; as obscenidades do livro ficam escriptas.

*Verba volant, scripta manent.*

A policia é que devia julgar esses livros immoraes que, sob o pretexto de serem “Leitura para homens” não são senão – porcos, immoraes, sem vergonha. O talento, o espirito são completamente estranhos a essas publicações.

Eu não os leio, atiro-os á cesta, para o lixo.<sup>3</sup>

Anos depois, o artigo 282 do Capítulo V do Código Penal de 1890 previa pena de até seis meses de prisão para quem ofendesse os bons costumes através de “exibições impudicas, actos ou gestos obscenos, attentatorios do pudor, praticados em logar publico ou frequentado pelo publico” (BRASIL, 1890). Mas não havia nenhuma lei específica para tratar da produção, venda ou leitura de obras pornográficas, e, assim, nas brechas da legislação, a literatura pornográfica dominava a cena literária e se tornava um dos gêneros preferidos entre os leitores.

Era preciso, então, alertar sobre os perigos desses livros para as mentes mais “volúveis”: as mulheres. De acordo El Far (2004), um dos principais motivos de

---

<sup>3</sup> Coluna “Livros a ler”, assinada por Alter. Revista Ilustrada, n. 358, p. 3, 1883. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

preocupação entre alguns intelectuais era que a pornografia incentivava o lesbianismo. A autora menciona que, em 1895, o famoso professor de direito criminal Viveiros de Castro (1862-1906) acreditava que certos livros despertavam “curiosidades terríveis” e justificava afirmando que, ao se encontrarem, duas amigas “falam do romance que ambas leram, experimentam ao vivo a sensação que o escritor tão ardentemente escreveu, gostam do ensaio [e] transmitem adiante a descoberta” (EL FAR, 2004, p. 185). A autora comenta que o clínico Pires de Almeida (1843-1913) dizia ter descoberto, através de suas pesquisas, “que as meninas tomavam conhecimento das práticas sexuais através da ‘leitura de imprudentes romances’” (p. 185).

Contudo, não era impossível que as mulheres conseguissem esse tipo de livro, e o perigo poderia estar dentro de casa. No folhetim “A confissão de uma elegante”,<sup>4</sup> uma bela mulher de 25 anos, além de cometer pecados de inveja, gula e vaidade, confessa ao padre que lê livros proibidos. Surpreso, o confessor toma conhecimento de que esses livros pertencem ao marido que, adormecendo durante a leitura, esquece a vela acesa dando à esposa a chance de ler sofregamente até o amanhecer.

O tema foi abordado de maneira semelhante em “O livro proibido”.<sup>5</sup> A crônica ilustrada apresenta uma bela dama que, “sósinha no seu gabinete”, está a apreciar a leitura quando “recebe uma visita tão imprevista, como desagradável”. Nem o narrador sabe qual era esse livro proibido a que o título se refere, mas, dirigindo-se às suas leitoras, diz que basta apenas escolher qualquer uma das “mais mundanas produções dos escriptores da moda”; ele supõe se tratar dos “amores contrariados de um bello cavalheiro de bigodes e de uma moça melancolica e terna”. A leitora-personagem, “de espaço a espaço”, parava a leitura para deixar sua imaginação viajar “nos espaços ethereos”. Súbito, chega D. Basilio que lança mão do tal livro antes que a moça tenha tempo de esconder. O religioso “começa a desenrolar um sermão para demonstrar que semelhantes obras são inspiradas pelo demonio; que ellas pervertem a imaginação e corrompem o coração; que as moças que imprudentemente as lêem expõem-se a ir direitinho para o inferno, etc.”. O narrador se questiona: “este discurcurso se aproveitará? a *senora* parece mais vexada do que arrependida”; não está revoltada, mas impaciente. A moral da história

---

<sup>4</sup> *A Época*, Rio de Janeiro, 01 dez. 1875. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

<sup>5</sup> *Ilustração Brasileira*, Rio de Janeiro, 01 set. 1887. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

é que não importa que o livro seja levado pelo religioso ou que a dama fique curiosa para saber o final da aventura; ela pode simplesmente “mandar comprar em qualquer livreiro outro exemplar do romance confiscado”.

Anunciadas nos jornais de grande circulação, as listas de livros pornográficos à venda nas livrarias populares sugeriam que essa literatura era destinada exclusivamente ao público masculino. Classificando esses livros como “leitura só para homens”, “romances para homens”, “leitura para velhos”, entre outras expressões, os livreiros sabiam que a aparente interdição era uma excelente estratégia publicitária, uma vez que evidenciava o potencial transgressor dessas leituras. Num anúncio de 1879, fica clara a ironia: “as mulheres não devem ler, mas, querendo, podem fazê-lo”.<sup>6</sup> E como essas listas apareciam nas páginas de anúncios diversos, muitas vezes eram colocadas ao lado de ofertas de produtos destinados ao público feminino. Uma moça que fosse procurar pelas últimas novidades das modistas ou por remédios para o útero, certamente veria um desses livros supostamente proibidos a ela.

Os romances libertinos do século XVIII já trabalhavam com a noção de que a leitura de romances é capaz de incentivar práticas sexuais condenáveis. Esse fenômeno está associado ao que Lajolo (1997) chama de “dimensão simbólica” da leitura, isto é, a leitura, especialmente a de textos literários, teria poder de influenciar “atitudes, comportamentos, valores, e crenças de quem lê”. A própria literatura refletia esse processo, e, na segunda metade do século XIX, diversos autores retrataram as experiências de suas personagens com livros considerados imorais. Em *O primo Basílio* (1878), o narrador descreve que Basílio “passara a manhã deitado no sofá a ler a *Mulher de Fogo*, de Belot”, leitura não recomendada a Luísa porque “talvez fosse um pouco picante” para ela (QUEIRÓS, 2009, p. 89). Maricota, n’*O Aborto*, de Figueiredo Pimentel, descobre a pequena biblioteca secreta do primo e, às escondidas da mãe, aprende “coisas completamente ignoradas”; mesmo não entendendo bem alguns episódios, “pressentia grandes imoralidades” (PIMENTEL, 2015, p. 72). Luísa e Maricota morrem ao final de suas respectivas histórias, mas, para o leitor daquela época, isso não fazia diferença. Esses livros foram apropriados como pornografia e, como Maricota fizera com as partes que não compreendia, foram lidos “somente pelo lado da bandalheira” (p. 72).

---

<sup>6</sup> *O Repórter*, Rio de Janeiro, 14 jan. 1879. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

A ausência de culpa de personagens como Maricota, por exemplo, que desejava ser “uma prostituta célebre, como Nana” (p. 124), oferecia um perigo extra:

se mal aconselhadas por leituras, as leitoras aprendiam a pecar e seu castigo era a morte, igualmente inspiradas por outras leituras, com o tempo as leitoras parecem ter aprendido a sobreviver ao pecado, o que continua a conferir à literatura uma dimensão formadora” (LAJOLO, 1997, p. 245).

Assim, além de serem uma fonte de conhecimento carnal que poderia incentivar as leitoras a terem relações sexuais para satisfação própria, os livros pornográficos ensinavam que tudo poderia ser feito sem o sentimento de culpa. Isso está relacionado, principalmente, ao pensamento materialista que privilegia o prazer do momento sem preocupações metafísicas (JACOB, 1999). A representação de personagens influenciadas pela leitura de romances funcionava como alerta – se dermos crédito exclusivamente às justificativas dos escritores – e como incentivo à prática da leitura pornográfica.

Na opinião de alguns críticos, “sob o pretexto de dizer as cousas como são, de descrever a vida como é [...] os naturalistas se deram por missão examinar com microscópio tudo o que é sujo e chamar a atenção sobre tudo o que é repelente”. Além disso, a “ousadia de linguagem, de palavras cruas e de obscenidades, por mais respeitosos que se seja da independência artística, se começa a sentir náusea, e certo espanto”.<sup>7</sup> Em crítica à publicação em folhetins de *A Relíquia* (1887) na *Gazeta de Notícias*,<sup>8</sup> um articulista diz que o livro “é a pornografia a mais realista possível”. E continua:

o fim da Reliquia é mais prostituir a intelligencia e o coração das moças como meio de prostituil-as de corpo, do que hostilizar a religião. Esta nada soffrerá com os golpes de Eça de Queiroz, mas aquellas e seus pais não custarão derramar ardentes lagrimas por causa da Reliquia. É difficil admittir-se que haja honestidade ou pureza de pensar e de desejos em uma moça que leia a Reliquia.

Para fugir dessas acusações, era comum que os escritores naturalistas alegassem ter objetivos moralizantes. Um desses escritores foi o português Joaquim Alfredo Gallis (1859-1910). Famoso na cena intelectual portuguesa, Alfredo Gallis pode ter publicado

---

<sup>7</sup> *Gazeta da Tarde*, Rio de Janeiro, 13 out. 1887. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

<sup>8</sup> *O apóstolo*, Rio de Janeiro, 13 mai. 1887. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

cerca de setenta livros, e atuou em alguns dos principais jornais portugueses da época, assinando com seu nome ou algum de seus sete pseudônimos. Foi secretário do governador civil de Lisboa e administrador público no Barreiro. Escrevia prosa, poesia, crítica literária e política, além de matérias esportivas.

Como escritor naturalista, ele afirmava que seu objetivo não era excitar sexualmente o leitor. No prólogo de *Chibos* (1901), primeiro dos doze livros da série *Tuberculose Social*, publicados entre 1901 e 1904, ele afirma que

A sociedade, tal e qual como os corpos humanos, está sujeita a terríveis enfermidades, umas de simples ordem passageira, outras que com o decorrer do tempo e o avanço da civilização se tornam crônicas, agravando-se progressivamente.

Se ao médico pertence estudar as doenças físicas da humanidade, e, por meio do estudo e dos recursos da ciência, procurar as causas que as determinam, fazendo perceber ao vulgo essas causas e ensinando-o a precaver-se contra elas, ao escriptor compete, sem dúvida, a autopsia dos males sociais, e, enterrando fundo o bisturi, ir descobrir através das enganadoras apparencias da derme setinosa e alva, o frunculo pustuloso que sob ella se occulta (GALLIS, 1901, p. 5).

Ficava, assim, estabelecida a relação da *Tuberculose social* com a estética naturalista aos moldes de Émile Zola (1840-1902), uma vez que promete “chibar”, isto é, denunciar as mazelas sociais através de um exame – supostamente – imparcial que apenas o discurso científico seria capaz de proporcionar. Nos outros onze livros da série, o autor afirmava querer analisar, cientificamente, as patologias que assolavam a sociedade, como o lesbianismo, em *Sáficas* (1902), e o alcoolismo, de *A taberna* (1903), que parece ter sido abertamente inspirado em *L'Assommoir* (1877), de Zola.

Quando lembrado pela crítica atual, Alfredo Gallis é classificado como autor moralista, a exemplo de alguns de seus contemporâneos. O argumento se baseia no fato de que as passagens mais ousadas guardariam uma análise positivista da sociedade burguesa. De acordo com Santana (2007), a *Tuberculose social* não merece grande nota, pois foi apenas mais uma entre tantas outras séries do gênero, a exemplo da *Patologia Social*, de Abel Botelho (1854-1917). Para a autora, cada um dos doze livros pretende tratar de uma dessas questões de maneira pedagógica, mas ela mesma reconhece que a exploração desses temas, de maneira muitas vezes “debochada”, deixa antever um “verdadeiro atrativo” (2007, p. 241). Santana propõe outra leitura, mas parece reconhecer

que, quando foram escritos, esses livros tinham um alto potencial pornográfico. Anacrônica, essa interpretação foca na suposta intenção do autor e ignora que, para os leitores e livreiros do início do século XX, Alfredo Gallis era, simplesmente, pornográfico. Apesar do objetivo de denunciar os males da sociedade, os livros da série apareciam na “biblioteca do solteirão”, que era a lista de livros licenciosos da famosa livraria Laemmert.

O escritor José Agostinho (1866-1938), disse, em 1915, que Gallis seria muito mais estimável se não tivesse se “manchado” com a pornografia (apud VENTURA, 2011). Críticas como essa não se baseavam apenas na apropriação pornográfica dos romances naturalistas de Gallis. Um de seus livros mais anunciados no Brasil foi *Volúpias: 14 contos galantes*, publicado originalmente em 1886, sob o pseudônimo Rabelais. Em carta pública ao ministro da justiça, o famoso Padre Sena Freitas, diz que *Volúpias* é “uma pornografia em 200 páginas” que “já nem se pode chamar literatura, nem sequer escola naturalista, mas unicamente um monstro literário, que para mais eficácia fala português”, afirmando que livros como esse são “contrários à natureza e só tende[m] a provocar no homem instintos inferiores ao da besta...”.<sup>9</sup> No baú secreto de Mário, n’*O aborto*, *Volúpias* aparece ao lado de outras obras escandalosas daquele tempo, como *Nana* (1880), de Zola e *A carne* (1888), de Júlio Ribeiro (1845-1890). *Volúpias* teve pelo menos três edições e foi o primeiro livro pornográfico do autor. Foi também o primeiro em que Gallis assinou como Rabelais, nome que evocava, no século XIX, uma tradição literária obscena.

Contrariando o pressuposto pedagógico da literatura, o Rabelais português dá um salto significativo ao assumir, já no prólogo da primeira edição de *Volúpias*, o caráter licencioso do livro. Além de admitir a pornografia – diferentemente de outros textos seus e de outros autores licenciosos do período –, *Volúpias* funcionava como um convite aos prazeres físicos indicados pelo conteúdo sexual das narrativas (MENDES, 2016).

Começa assim o prólogo da primeira edição:

Na litteratura, como em todas as coisas da vida e da sociedade, ha inutilidades agradaveis.

Póde-se mesmo affirmar sem receio de contraditorias provas, que a maioria das coisas que nos dão prazer e nos influem o espirito

---

<sup>9</sup> *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 26 fev. 1888. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

amenisando algumas horas da existencia, são verdadeiras e comprovadas inutilidades.

Este livro é pois no movimento litterario actual, uma inutilidade relativa.

O auctor deleitou-se em colorir e burilar picarescamente esses contos desprezenciosos e amenos, que, se não devem servir de educação moralista ás damas, pôdem pelo menos adoçar rasoavelmente o spleen dos occiosos, o aborrecimento dos tristes, e a melancolia dos hypocondriacos. (RABELAIS, 1906, p. 5-6)

Ao dizer que seu livro é uma “inutilidade”, o autor não estava menosprezando seu trabalho. Através do tom irônico apropriado ao humor rabelaisiano, ele estava rompendo com a expectativa de que o texto literário se configura como uma entidade imaterial que deve ser capaz de dizer algo sobre e para a sociedade. E é nesse sentido que *Volupias* é inútil: não pretende dizer nada, mas fazer sentir. Os contos, diz Rabelais,

Dispensam os floreteios da crítica, porque são demasiado alegres e foliões para tomarem os críticos a sério.

Numa palavra: elles não são a pedra de escandalo lançada á sisudez social, mas sim uma gargalhada franca e aberta, dirigida a todos aquelles que os lerem e os absorverem em consecutivas dymnamisações. (p. 7)

Se tiver de servir para alguma coisa, será apenas como um meio de “exorcizar” a seriedade da literatura através da excitação sexual e do divertimento. A literatura pornográfica de Rabelais e outros autores atraía um público novo, interessado na linguagem amena e no bem-estar físico e mental que esses livros proporcionavam, para aliviar a pressão das muitas mudanças no cotidiano das cidades na Belle Époque (MENDES, 2016).

Contudo, é importante ressaltar que, embora as cenas de sexo sejam claras, não há linguagem chula em *Volupias*. Ao contrário do “realismo grotesco” de François Rabelais (BAKHTIN, 1987), o escritor português faz uso de uma linguagem galante, de influência libertina, que se vale de metáforas para tornar a pornografia mais suave, porém nunca menos eficiente. No conto “Em flagrante”, o leitor, como um *voyeur*, tem o vislumbre de uma “elegante cabaça” prestes a adentrar “o templo sagrado prometido por Allah aos seus escolhidos” (RABELAIS, 1906, p. 104).

Nas palavras de Rabelais, os catorze contos de *Volupias* representam o amor “tal qual elle é, e não como o romantizam” (p. 7). Os personagens buscam apenas o prazer



num processo de dessacralização do amor romântico. Assim, as cenas oferecem uma perspectiva mecânica dos corpos em sintonia, a fim de atingir o clímax para o qual o leitor também está convidado. Os personagens não sentem culpa, e, embora não esteja completamente ausente certo juízo de valor por parte do autor, percebe-se que ele não se limita a simples insinuações, descrevendo de maneira segura posições sexuais praticadas entre homens e mulheres.

Para aproveitar ao máximo o que a leitura poderia oferecer, os leitores deveriam seguir as seguintes instruções:

Pôr de parte a crítica e a austeridade como coisas feias que para aqui não servem.  
Accender um charuto de puro tabaco havano e beber um calix de curaçáo;  
Estar só em casa ou em companhia amena onde a camisa de rendas e as ligas de seda azues celestes o acompanhem a leitura;  
[e]  
Conservar o chambre largo para o que der e vier (p. 9)

O próêmio dá a chave de leitura do livro: *Volupias* é um produto destinado à masturbação, ao divertimento e ao prazer de comer e beber, pois, conforme Bakhtin, o riso e todas as formas de prazer relacionadas ao baixo corporal são instâncias que se complementam. Não é um livro para contemplação; não pretende ser pedagógico; não é recomendado às mulheres; e, principalmente, deve ser lido por aqueles que buscam não a sobriedade, mas a máxima satisfação.

A conclusão de que Gallis era um escritor moralista vem, principalmente, dos próêmios em que garante não ter a intenção de ser pornográfico. Se optarmos por considerar apenas esse aspecto, negligenciamos uma outra parcela significativa da obra desse escritor, na qual assumiu fazer pornografia. Acreditamos, à luz de Bourdieu (1996), que tudo isso fazia parte do fingimento do escritor naturalista, do *habitus* que deve ser seguido para validar uma posição favorável em níveis de mercado e sociedade. Ousamos dizer que, na verdade, Alfredo Gallis não era um naturalista que flertava com a pornografia; ao contrário, era um pornógrafo que usava o naturalismo como fator legitimador de sua produção intelectual.

## Referências

BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: HUCITEC; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1987.

BRASIL. Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890. Código Penal. Promulgação. *Decretos do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, Poder Executivo*, Rio de Janeiro, Coleção de Leis do Brasil - 1890, Página 2664 Vol. Fasc.X. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 28 jul. 2018.

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papyrus, 1996.

EL FAR, Alessandra. *Páginas de sensação: literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924)*. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

GALLIS, Alfredo. *Chibos*. Lisboa: Livraria Central, 1901. (Tuberculose social I).

JACOB, Margaret C. O mundo materialista da pornografia. In: HUNT, Lynn (Org.). *A invenção da pornografia: obscenidade e as origens da modernidade*. São Paulo: Hedra, 1999. p. 169-215.

LAJOLO, M. P. Eça de Queirós e suas leitoras mal comportadas. In: MINÉ, Elza; CANIATO, Benilde Justo Lacorte (Orgs.). *150 anos com Eça de Queirós*. III Encontro Internacional de Queirosianos. São Paulo: Centro de Estudos Portugueses/FFLCH/USP, 1997. p. 438-445.

MENDES, Leonardo. Livros para homens: sucessos pornográficos no Brasil no final do século XIX. *Cadernos do IL*, Porto Alegre, n. 53, p. 173-191, jan. 2016. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/cadernosdoil/article/view/67571/pdf>. Acesso em: 23 mar. 2017.

PIMENTEL, Figueiredo. *O aborto*. Organização de Leonardo Mendes e Pedro Paulo Garcia Ferreira Catharina. 1. ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2015.

QUEIRÓS, José Maria Eça de. *O primo Basílio*. São Paulo: Martin Claret, 2009.

RABELAIS (pseud. Alfredo Gallis). *Volúpias: 14 contos galantes*. 3ª. ed. Porto: Empresa Literária e Tipográfica, 1906.

SANTANA, Maria Helena. Pornografia no fim do século: os romances de Alfredo Gallis. *Portuguese Literary and Cultural Studies*, n. 12, 2007, p. 235-248.

VENTURA, Antônio. “Rabelais”, isto é, Alfredo Gallis, o pornógrafo. In: GALLIS, Alfredo. *Aventuras galantes*. Lisboa: Edições Tinta da China, 2011, p. 167-174.